



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**



ATA DA 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA 2020

Ata da 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia 2020, realizada no dia 25 de junho de 2020, às 14 horas, videoconferência feita pela ferramenta Google Meet, sob a organização da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

1. PARTICIPANTES

Lista de participantes anexa.

2. PROGRAMAÇÃO

- Planejamento Estratégico TRT6 2015-2020
- Metas Nacionais do Poder Judiciário
- Dados Estatísticos Relevantes
- Planejamento Estratégico de TIC

3. APRESENTAÇÃO / DISCUSSÃO DA PAUTA

Assunto:
APRESENTAÇÃO

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica

Iniciando a Reunião de Avaliação da Estratégia, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que a reunião tem como principal objetivo acompanhar a implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico Institucional.

A realização da reunião é prevista na Resolução 198 do CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional para o Poder Judiciário, e na Resolução Administrativa 25/2014 do TRT6, que instituiu o Planejamento Estratégico para o período 2015-2020, sendo ainda, um dos critérios para pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade, além de constar como uma boa prática de Governança pelo Tribunal de Contas da União.

Em seguida, destacou que na reunião serão apresentados o acompanhamento do Planejamento Estratégico TRT6, os resultados das Metas Nacionais do Poder Judiciário, os Dados Estatísticos Relevantes e o acompanhamento do Planejamento Estratégico de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). Ressaltando que a apresentação é referente ao período entre janeiro a maio de 2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Assunto:

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TRT6
2015-2020**

Responsável:

Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe da Seção de Acompanhamento
e Controle Estatístico
Alexsandra Monteiro da Silva
Assistente da Seção de Projetos
Estratégicos

A Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, iniciou a apresentação do Planejamento Estratégico do TRT6 2015/2020, ressaltando que o período final do ciclo do plano atual se aproxima.

Foi anunciado que nesta reunião o acompanhamento do Plano Estratégico será feito pela ferramenta eletrônica Observatório do TRT6, informando que o Observatório está disponível na Intranet do Tribunal e objetiva auxiliar na divulgação das informações e no aprimoramento da gestão.

Iniciando com a apresentação do Mapa Estratégico, a representação gráfica da estratégia adotada pelo Tribunal.

O Mapa Estratégico evidencia a Missão que define a razão de ser do Tribunal, a Visão que exprime o futuro desejado, como o Tribunal quer ser visto no futuro e os Valores que são os princípios fundamentais da instituição/padrões de comportamento desejado para todos que formam a instituição.

Para realizar sua Missão e atingir a Visão pretendida foram definidos os Objetivos Estratégicos, que são as prioridades que a instituição deve alcançar, distribuídos em Perspectivas Estratégicas e agrupados em Temas: Perspectiva Recursos com os Temas Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia e Orçamento; Perspectiva Processos Internos com os Temas Atuação Institucional e Eficiência Operacional e a Perspectiva Sociedade com os Temas Acesso à Justiça e Efetividade e Responsabilidade Socioambiental.

A estratégia foi elaborada por meio da definição dos Objetivos Estratégicos, que são as prioridades que a instituição deve alcançar. Sendo o alcance dos Objetivos acompanhado pelo desempenho nas Metas Estratégicas e medido por meio dos Indicadores Estratégicos e também pela realização dos Programas Estratégicos que contribuem o alcance dos Objetivos.

Iniciou a leitura do Mapa Estratégico pela base, nos Objetivos da Perspectiva Recursos e no Tema Gestão de Pessoas: "Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida" que tem associado o indicador iGovPessoas e a Meta "Atingir o nível de capacidade aprimorado até 2020", este indicador não foi apurado pelo TCU em 2019, repetindo o resultado apurado em 2018, e o mesmo seria avaliado em 2020, mas devido a Pandemia, o TCU informou que não haveria a apuração no ano corrente, o CSJT foi questionado sobre a apuração, mas ainda não houve resposta, Elisabete destacou ainda que todos os indicadores de governança deveriam atingir o nível aprimorado em 2020.

No Tema Infraestrutura e Tecnologia, o Objetivo Estratégico "Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial" tem como indicador o Índice de Clima Organizacional (ICO) e a Meta "Aumentar para 65% o



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

índice de avaliações positivas do clima organizacional até 2020”. Este indicador é apurado pelo resultado obtido na Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2018, o resultado alcançado foi de 81% de satisfação, e diante desta superação de resultado da Meta, foi definida não realização da pesquisa em 2019, e está prevista a sua aplicação no segundo semestre de 2020. Neste mesmo Tema, o Objetivo “Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação” medido pelo indicador iGovTI, possui como Meta para 2019 “atingir o nível intermediário”, tendo o Tribunal, desde 2016, já alcançado o nível Aprimorado. Como já citado, embora já tenhamos atingido a meta aguardamos o retorno do CSJT para os indicadores de Governança.

No Tema Orçamento, o Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à estratégia” traz o indicador Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD), acompanhado pela Secretaria de Orçamento e Finanças, e a Meta “Aumentar o índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em 10 pontos percentuais para aqueles Regionais que obtiveram média de 60% até 65%”, sendo a média do TRT6 de 62%. Essa Meta tem um aumento gradual e linear a cada ano até atingir os 10 p.p. em 2020, desta maneira o Tribunal teria que elevar o índice em 10 p.p., em 2020, em 2019 chegou a 98% no IEOD. Até maio a Secretaria de Orçamento e Finanças informou que ainda não atingiu a faixa linear da meta, mas que isso é uma peculiaridade do orçamento, pois essa época do ano devido os restos a pagar e também por ser um período de poucas aquisições. Pela projeção da SOF há uma perspectiva de se atingir 77%, nível acima da meta estabelecida 72%, porém há um risco identificado para esse indicador em razão da pandemia, mas já há um novo planejamento de ajustes para as despesas do Tribunal apresentado a Administração.

Na Perspectiva Processos Internos e no Tema atuação Institucional há 3 Objetivos Estratégicos, ressaltando o Objetivo Estratégico “Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária” temos o indicador iGov com a Meta “atingir o nível aprimorado no Levantamento de Governança em 2020”, em 2019 repetiu-se os níveis alcançados em 2018, nível intermediário, para 2020 a meta é o nível aprimorado e como já citado não haverá apuração em 2020 pelo TCU, restando aguardar o posicionamento do CSJT. Evidenciou que em termos de Governança o Tribunal tem várias ações e iniciativas executadas que terão impacto muito significativo que certamente auxiliarão no alcance da meta estabelecida.

No Objetivo “Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo” temos o indicador Índice de Divulgação da Mídia IDM e a Meta “Manter em 90% ou mais o índice de divulgação positiva na mídia.”, acompanhado pela Divisão de Comunicação Social, mensurando tanto as notícias divulgadas pela Divisão de Comunicação como as mídias espontâneas, a Meta alcançada em 2019 foi de 95% e em 2020 até maio os resultados foram bastante positivos, até o momento foram 1.365 notícias espontâneas e produzidas com 15% e 85%, respectivamente, os maiores canais foram: Portal do tribunal, Facebook, Instagram e o Programa Justiça do Trabalho num Minuto.

Dando continuidade, o Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico, Luiz Eduardo Moura de Oliveira, apresentou o desempenho do TRT6 referente aos Objetivos Estratégicos impactados pelos indicadores da atividade fim do Regional.

Ainda dentro da perspectiva de Processos Internos, no tema Atuação Institucional, passou a apresentar o Objetivo Estratégico “Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo”. Primeiramente demonstrou que em 2019 o TRT6 obteve no índice de conciliação um percentual de 42% onde o previsto seria de 49%. Com isso, o grau de cumprimento em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

2019 que ficou em 94%. Para 2020 o alvo é manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018, com cláusula de barreira de 45%. Destacou, ainda, que o ICONc - Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, até o mês de maio, tem um percentual acumulado de 42%, onde o previsto para 2020 é de 47%. Historicamente o TRT6 nunca atingiu essa Meta, mesmo tendo a cláusula de barreira inferior ao previsto para a meta.

Em seguida, passou para o tema Eficiência Operacional onde o OE "Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional" é o mais impactado pela atividade fim do TRT6. Destacou que 07 (sete) Metas impactam diretamente neste objetivo e são acompanhadas pelos indicadores: TMDP2, TMDP1c, IPJ, IPA, IACJ1, IACJ2 e IRA. A Meta 07 que visa reduzir o prazo médio de duração do processo na 2ª Instância é mensurada pelo indicador TMDP2. O desempenho do TRT6, neste indicador, vem evoluindo historicamente a partir do 1º ano do atual ciclo estratégico. Em 2015 se encontrava com farol vermelho, ou seja, com percentual de cumprimento inferior a 80%, evoluindo de maneira satisfatória até atingir o farol verde em 2018 e ratificando o bom desempenho até o mês de maio de 2020.

Logo em seguida, passou para o indicador 08, TMDP1c, que pela primeira vez neste ciclo estratégico atingiu a meta estabelecida. Para 2020 o previsto é de 299 dias e o prazo atual está em 283, incluindo o TRT6 no farol verde desse indicador.

Os indicadores 09 e 10, IPJ e IPA, respectivamente, têm o propósito de acompanhar o julgamento dos processos na fase de conhecimento, estando ligados diretamente à redução do estoque de processos pendentes de julgamento alinhando-se à celeridade processual prevista neste OE. A Meta 09, que visa julgar quantidade maior de processos que os distribuídos no ano, tem o seu desempenho é acompanhado pelo IPJ e vem sendo cumprida desde o ano de 2016. Já a Meta 10, que tem como objetivo identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, tem seu desempenho no farol amarelo desde 2018, estabilizando em cerca de 98% de percentual de cumprimento nos últimos 02 anos do atual planejamento estratégico. Contudo, em 2020, observa-se uma certa dificuldade pelas unidades do 1º grau no cumprimento desta meta, tendo o seu percentual de cumprimento em 89 %.

Os indicadores 11 e 12, IACJ1 e IACJ2, respectivamente, também com foco na celeridade processual visam à redução dos processos de conhecimento em ações coletivas da 1ª e 2ª Instâncias. Os indicadores mostram um desempenho semelhante no julgamento das ações coletivas em ambas as instâncias, onde apenas no ano de 2016 houve divergência pelo não cumprimento da meta na 1ª Instância e também no ano de 2019. Já em 2020 ambas as metas estão sendo cumpridas até o mês de maio.

Finalizando a análise deste OE, o Indicador 13 (IRA) acompanha a meta de redução em 2% do acervo dos 10 maiores litigantes em relação ao ano anterior. Historicamente o TRT6 tem cumprido essa meta sem maiores dificuldades, superando, até maio de 2020, o percentual alvo da meta. O Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico lembrou, ainda, que este indicador é aferido concomitantemente em ambas as Instâncias, e que, o desempenho positivo de uma pode "ajudar" o desempenho negativo da outra e vice-versa. Esta análise também é válida para os indicadores IPJ e IPA.

Logo após, passou à análise do tema Acesso à Justiça e Efetividade, dentro da perspectiva Sociedade. Este tema encontra-se, no mais alto nível do plano estratégico, por esse motivo o objetivo de "Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho" passa a ter bastante relevância no desempenho institucional. Os indicadores IE - Índice de Execução e o IAM -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Índice de Alcance de Metas aferem o desempenho estratégico do TRT6 para o alcance das Metas 01 e 02, respectivamente. A Meta 01 busca aumentar a efetividade nos resultados da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Sociedade do nosso plano estratégico sendo acompanhada pelo IE. Este indicador teve desempenho positivo a partir a partir do ano de 2016. Contudo, até maio de 2020 com percentual de cumprimento de apenas 66%, esta meta demonstra a dificuldade na baixa de processos na execução. Já a Meta 02, acompanhada pelo IAM, tem a propriedade de demonstrar, de forma sistêmica, o sumário do desempenho de todos os indicadores que compõem o planejamento estratégico. A síntese do desempenho pode ser acompanhada pela evolução no percentual de cumprimento deste indicador que iniciou no farol vermelho, no 1º ano do planejamento estratégico, evoluindo positivamente para o farol verde a partir de 2017 e se firmando neste patamar até o presente momento.

Por fim, o referido servidor demonstrou o potencial da atual ferramenta de acompanhamento do planejamento estratégico, onde a análise macro dos indicadores pode ser mitigada até a nível de unidade judiciária do 1º grau, vinculando o acesso direto ao relatório de Metas Nacionais do CNJ através do sistema "Acerte à Meta", já disponível no Observatório do TRT6.

Finalizando, o acompanhamento dos resultados do Planejamento Estratégico, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte retorna à exposição, evidenciando o Objetivo Estratégico "Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho" tendo o Indicador Índice de Alcance das Metas IAM, um indicador sintético, que mede o cumprimento das Metas da Justiça do Trabalho no Plano Estratégico, com a Meta "Atingir a pontuação entre 62 e 78 até 2020." Em 2019 a Meta foi cumprida e até maio de 2020 o acompanhamento mostra que atingimos 62 pontos, dentro da meta, embora seja uma análise mensal a consolidação se dá no fim do exercício com a apuração de todas as metas.

Chegando ao último Tema Responsabilidade Socioambiental com o Objetivo Estratégico "Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional." Tem como indicador o Índice de Alcance das Metas Socioambientais IAMS que mede o cumprimento das Metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS). O Plano foi revisto em 2019 para o período 2020/2021.

Em 2019 tivemos o resultado de 80% de metas alcançadas, em 2020 temos muita dificuldade para mensurar, pois os resultados ficaram muito além das metas definidas por motivos do trabalho remoto, por exemplo: consumo de água, água envasada, papel, combustível e serviços postais ficaram muito abaixo do estimado nas metas.

Por outro lado também temos dificuldades de ter iniciativas para atingir algumas metas, no momento está sendo instituído um Comitê para acompanhamento e avaliação das metas.

Como já citado no início, a execução dos Programas e Projetos Estratégicos contribui para o alcance dos Objetivos Estratégicos e chegamos a uma fase muito importante deste ciclo que merece uma avaliação cuidadosa dos resultados, houve anteriormente uma reunião com os gestores para a avaliação do cenário atual e dos resultados possíveis de serem alcançados.

Dando continuidade, a Assistente da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Alexandra Monteiro, apresentou a situação do Portfólio de Programas e Projetos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Estratégicos da instituição e como esses contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal.

O desempenho do desenvolvimento dos Programas Estratégicos entre 2017 e 2020 foi destacado sendo exposta a quantidade de Projetos Estratégicos em cada ano e as circunstâncias que influenciaram a execução dos mesmos.

Em 2017 do montante de Projetos 56% foram concluídos e 23% cancelados, em parte devido a mudança da metodologia de gestão de projetos na qual foram realizadas várias oficinas com os gestores, a adoção de uma ferramenta eletrônica Trello, essas medidas tiveram impacto bastante positivo já percebido nos anos seguintes; em 2018 o índice de projetos concluídos atingiu 88%, em 2019 chegou a 55% de concluídos e uma elevação de projetos suspensos em 23% devido a fatores externos como restrição orçamentária.

Em 2020 foi apresentado que todo o portfólio está na situação de planejado em execução, pois há um forte impacto no desenvolvimento dos Programas e seus Projetos pela pandemia e suas consequências de trabalho remoto.

Em termos sumários o quantitativo de projetos foi destacado assim: 2017 - 52 Projetos, 2018 - 32, 2019 - 31 e em 2020 - 15 em execução de uma previsão de 29 projetos, onde se comprova que após as mudanças implantadas em 2017 se manteve o nível de implantação dos projetos, dessa forma o TRT executou e executa até o momento 130 projetos em 4 anos.

Destacou-se a assertividade no planejamento dos projetos por ter uma elevada média na execução das atividades programadas alcançando o índice de 79,18% de eficácia na conclusão das atividades. Em relação aos produtos e entregas em 2019 foi elencado uma amostra dos resultados por Programas como registrado no rol abaixo:

Programa De Excelência das Atividades

1. Curso de Acessibilidade e Inclusão no Ambiente Jurídico;
2. Curso de Libras Básico;
3. Curso de Libras Intermediário para Justiça do Trabalho;
4. Curso de Execução no Processo do Trabalho Após a Reforma Trabalhista;
5. Curso de Ferramentas Eletrônicas de Auxílio à Execução;
6. Curso de Sistema de Gerenciamento da Hasta Pública;
7. Curso de Formação de Conciliadores para os CEJUSCs da 6ª Região.

Programa de Governança Institucional

1. Sistema de Governança Institucional;
2. Divulgação do Sistema de Governança Institucional.

Programa de Governança em Gestão de Pessoas

1. Melhoria no PROGECOM;
2. Melhorias no Banco de Talentos;
3. Instituição de Matrizes de Competências;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

1. Diagnóstico do impacto do PJE na saúde mental dos Magistrados e Servidores;
2. Oficinas para intervenção em saúde mental nas 23 Varas de Trabalho da Capital;
3. Elaboração da Cartilha de orientação em saúde mental;
4. Diagnóstico e levantamento epidemiológico, conscientização e promoção de saúde bucal;
5. Visitas odontológicas.

Programa de Governança de TI

1. Aprimoramento do Observatório do TRT6 para elaboração de relatório de Governança de TI;
2. Criação dos painéis de acompanhamento estratégico no Power BI;
3. Melhorias nos processos e procedimentos de gestão de portfólio no CGTIC.

Finalizando sua apresentação, Alexsandra expôs a prospecção do Portfólio para 2020, onde figurou 17 Programas Estratégicos com 14 em execução, 2 suspensos/cancelados e 1 concluído; em relação aos projetos no momento atual há 29 com 5 em execução e 24 na fase de planejamento.

Assunto:
METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe da Seção de Acompanhamento
e Controle Estatístico

O Chefe Luiz Eduardo iniciou a apresentação sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário apresentando o Painel de Acesso a Meta do sistema Observatório do TRT6 especialmente construído pela Coordenadoria de Gestão Estratégica com o apoio da STI, como a ferramenta de apoio fundamental para o cumprimento das Metas.

Foi demonstrado que em 2019 apenas 2 metas não foram alcançadas: ICONc e TMDP1C. Luiz Eduardo apresentou como a ferramenta será importante para que em 2020 as Metas sejam alcançadas exemplificando em uma Meta IPA quais os processos que impactam no cumprimento da Meta por VT.

Finalizando sua apresentação falou que em 2020 constam novas Metas passando a palavra para a Coordenadora Elisabete.

A Coordenadora Elisabete explicou sobre estabelecidas três novas metas:

Meta 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

A Meta tem por definição "Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030".



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Bastante valorizada pelo CNJ, a meta foi aprovada se destacando a importância de incluir no Planejamento do Poder Judiciário para 2020 as Metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A Agenda 2030 é um compromisso assumido por líderes de 193 países, incluindo o Brasil, coordenado pela ONU, são 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030, relacionados a efetivação dos Direitos Humanos e a promoção Desenvolvimento Sustentável, com essa meta o Poder Judiciário Nacional foi pioneiro no mundo nessa implantação.

Para cumprimento dessa Meta o CNJ definiu o acompanhamento periódico, reuniões quinzenais do CNJ e representantes dos segmentos de justiça para orientações e acompanhamento.

Para esta Meta foi solicitada a escolha de um assunto dentre os mais recorrentes na relação da Tabela de Processos unificados, relacionado a um dos ODS e fosse elaborado um plano de ação com o objetivo de prevenção ou desjudicialização.

No TRT6 foi escolhido o ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o Assunto na TPU: Direito do Trabalho – Acidente de trabalho, na temática relacionada à segurança do trabalho e prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Na apuração é considerada 50% para a elaboração do Plano de Ação e envio ao CNJ e 50% referente a Execução do Plano, com acompanhamento trimestral.

As ações estão sendo definidas pelos gestores do GETRIN do TRT6.

Os gestores elaboraram o Plano de Ação, já encaminhado para o CNJ. Como o acompanhamento desta Meta é feita quadrimestralmente, atualmente, estamos com 50% da Meta cumprida. Algumas ações do Plano de Ação já foram realizadas mas ainda não foram contabilizadas na execução do Plano.

Meta 10 - Promover a saúde de magistrados e servidores

Realizar exames periódicos de saúde em 20% dos magistrados e 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

As ações para o alcance dessa Meta são acompanhadas e definidas pelo Núcleo de Saúde com o apoio do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TRT6.

Foi realizado no TRT6 evento promovido pelo Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde dos Magistrados e Servidores sobre "A ciência da felicidade, o ambiente de trabalho e o bem-estar".

Quanto às ações para Realização de exames periódicos de saúde, foi informado pelo Núcleo de Saúde que a previsão era para o início dos exames periódicos acontecerem no mês de abril.

No entanto, em razão das medidas de prevenção adotadas no Tribunal no combate ao novo coronavírus (COVID-19), as quais incluíram a suspensão das atividades presenciais do Núcleo de Saúde, ficou impossibilitado o prosseguimento aos trabalhos.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Meta 11 - Promover os direitos da criança e do adolescente

Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil.

Em seguida, apresentou as METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA 2020.

Para esta Meta, o Tribunal também deverá realizar Plano de ação e executá-lo.

O acompanhamento e definição das ações para o alcance desta Meta, diante da pertinência temática, serão por meio do Programa Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT6.

Assunto:
DADOS ESTATÍSTICOS RELEVANTES

Responsável:
Maria Terezinha Pimentel de Souza
Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa

Dando sequência à apresentação da 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia de 2020, a chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa, Maria Terezinha Pimentel de Souza, trouxe informações referentes ao desempenho do Tribunal, no último quinquênio (2015 a 2019), abordando informações sobre a produtividade do Regional, nesse período, traçando, em paralelo, os reflexos trazidos pela Reforma Trabalhista de 2017, e os eventos sociais e econômicos, que têm marcado o cenário das relações de trabalho, no Estado, trazendo variações no número de ações ajuizadas, nesses últimos anos.

Focando-se a análise inicial sobre os dados estatísticos do 1º Grau, foi demonstrado que entre 2015 e 2019, houve uma redução no número de ajuizamento de ações trabalhistas, da ordem de (-33,34%), e de (-33,83%), entre 2017 e 2018, biênio marcado pela entrada em vigor, em novembro de 2017, da Lei 13.476/2017, que alterou a CLT, trazendo mudanças nas normas que regem as atuais relações de trabalho.

Trazendo o foco para o desempenho do Tribunal, foi demonstrado que o TRT6, desde 2016, vem apresentando índices de produtividade superiores a 100%, significando que o número de soluções apresentadas vem superando o número de casos novos ajuizados, traduzindo-se, em números, a missão do nosso Tribunal que é a de "solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma efetiva, ética e transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social."

Vale ressaltar que no período em análise (2015 – 2019), foram solucionados 522.205 processos, sobre um total de 459.790 feitos ajuizados, significando uma produtividade da ordem de 113,57%. Ao mesmo tempo, foi registrada uma redução no número de processos aguardando solução, passando de 85.375, em 2015, para 38.568, em 2019, número esse associado à queda na demanda, mas, também, ao avanço da produtividade do Regional.

Com relação ao 2º Grau de jurisdição, foi demonstrado que, diferentemente, do 1º Grau, houve crescimento no número de ações ajuizadas, passando de 20.818, em 2015, para 29.279, um acréscimo da ordem de 43,31%, e de 7,56%, entre 2017 e 2018. A produtividade, nessa instância recursal, superou também o índice de 100%, chegando a 101,13%.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

De volta ao tema do comportamento da demanda no 1º Grau de jurisdição, a porta de entrada das ações trabalhistas, foram apresentados os cenários, por Região do Estado, nos biênios 2017/2018, 2018/2019, e entre os meses de janeiro a maio de 2019/2020, como forma de identificar os movimentos regionais que deram origem à procura pela Justiça do Trabalho, em Pernambuco. Entre 2017 e 2018, com decréscimo de (-33,83%) sobre o ajuizamento de novas ações, as Regiões que apresentaram as maiores retrações foram o Sertão (-51,90%) e o Agrestes (-35,59%); entre 2018/2019, foi registrado um pequeno crescimento no número das ações, da ordem de 6,21%, destacando-se a Região da Mata Sul (27,78%) e a do Sertão (14,76%) com variações positivas sobre o ajuizamento de novas ações.

Particularizando-se a análise para o cenário mais recente, em tempos de pandemia do novo coronavírus – COVID-19, marcados com o afastamento social; trabalho remoto; retração da economia, e cancelamento das audiências presenciais, foi observada uma retração na demanda por ações trabalhistas, da ordem de (-15,14%), com o ingresso de 25.410 ações, entre janeiro e maio de 2020, contra 29.944, no mesmo período de 2019, destacando-se a Região da Mata Sul como a mais atingida (-45,88%), contrariando o comportamento de avanço no número de ações registrado, nessa Região, no biênio 2018/2019. Nessa Região, as Varas do Município de Ribeirão, apresentaram-se com as maiores retrações no número de ações trabalhistas ajuizadas, (-68,46%) para a 1ª VT, e (-73,70%), para a 2ª VT. Valendo ressaltar que se trata de Região com economia tipicamente canavieira, com indústrias de transformação.

Saindo do campo da análise do comportamento da demanda, nesse cenário de pandemia, foi ressaltado que apesar do quadro desfavorável, já exposto, o Tribunal apresentou níveis de produtividade que superaram os índices de 100%; com 101,38%, na 1ª instância, e 106,90%, na 2ª instância, significando que os números de soluções superaram os números de ações trabalhistas ajuizadas, reafirmando o compromisso da missão institucional, com a resolução dos conflitos trabalhistas.

Analisando o quadro das origens das ações por Categoria Econômica, foram indicados os setores da Indústria; Serviços Diversos; Comércio; Transportes, e Turismo, Hospitalidade e Alimentação como os que mais deram origem às ações trabalhistas, nesse cenário sócio e econômico desfavorável.

No rol dos assuntos cadastrados nos processos ajuizados, na JT de Pernambuco, nos últimos cinco meses do ano, o assunto COVID-19 ocupou a 20ª posição, com o registro 1.028 ações no 1º Grau, que em termos nacionais conferiu ao Tribunal, a 3ª posição, no ranking nacional dos 24 Regionais. O TRT12 – Santa Catarina, ocupou o 1º lugar, e o TRT4 – Rio Grande do Sul, a 3ª posição.

Finalizando a apresentação, Terezinha Pimentel falou sobre as questões relacionadas ao cenário da pandemia, ressaltando, como enfrentamento das questões, o compromisso dos magistrados e servidores com a missão institucional, destacando os níveis de produtividade alcançados, em tempos de COVID-19. Ao tempo em que, concluindo, falou sobre o Prêmio CNJ de Qualidade - 2020, com expectativas de manutenção do Selo Ouro, que o Tribunal vem mantendo há três anos.

Assunto:
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TIC

Responsável:
Alessandro Alcides de Souza
Chefe da Divisão de Gestão e
Governança de TI



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Representando a Secretaria de Tecnologia da Informação, o chefe da Divisão de Gestão e Governança de TI, Alessandro Alcides de Souza, apresentou os resultados dos principais indicadores do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT6 aferidos no período de janeiro a dezembro de 2019.

Inicialmente foram vistos os indicadores da perspectiva de Recursos, onde todas as metas foram atingidas, com exceção do Índice de Conformidade à Estrutura Mínima de TIC - ICEM que obteve um resultado de 74,44%, uma vez que a meta estabelecida para o ano era de 90%. Foi explicado que esse resultado se deu em virtude do aumento da demanda pelos serviços de TIC frente a aposentadoria ou remoção de servidores da STI para outras áreas ou órgãos. Foram destacados os excelentes resultados obtidos nos indicadores ICT - Índice de Capacitação Técnica e ICG - Índice de Capacitação Gerencial, graças às estratégias de capacitação na modalidade a distância adotada no exercício. Nesse momento, foi registrado um agradecimento à Escola Judicial do TRT6, pelo apoio nas ações necessárias.

Continuando com a perspectiva Processos Internos, Alessandro apresentou o IPPP - Índice de Precisão do Planejamento do Portfólio do PDTIC, que obteve resultado de 67,57%, um pouco abaixo da meta de 70%. Ele explicou que esse indicador reflete o número de demandas que chegam à STI, sem um planejamento prévio, graças a mudanças de legislação ou cenário não previsto anteriormente. Continuou apresentando o resultado de 77,14% para o IAPDSSI - Índice de Adequação aos Padrões de Desenvolvimento e de Sustentação de Sistemas de Informação, com valor abaixo da meta de 90%. Explicou que a saída de alguns servidores da STI, especialistas em arquitetura de software, para outros órgãos, inviabilizou a atualização da nossa arquitetura e adequações aos padrões exigidos. Informou que recentemente um dos servidores especialista retomou suas atividades em nosso Tribunal e ele já está atuando para as adequações necessárias. A previsão é que neste ano, se esse trabalho não for interrompido, tenhamos um resultado melhor no indicador. Alessandro também reforçou que o TCU não aplicou em 2019 o levantamento do índice de maturidade em governança e conseqüentemente, o iGovTIC não foi apurado para o ano. Informou que o último resultado apurado pelo TCU foi de 0,72, entretanto, a meta de 0,70 que era para o exercício de 2020 foi atingida desde 2017. Nosso resultado para este mesmo indicador, apurado pelo CNJ, é de 0,87. Todos os demais indicadores tiveram resultado superior a meta estabelecida, inclusive os da perspectiva Resultados.

Passando para as apurações de janeiro a maio de 2020, dos principais indicadores de TIC, o ISUISTI - Índice de Satisfação dos Usuários Internos com os Serviços de TI teve resultado de 94,94%, superior a meta de 85%. O ISUSS - Índice de Satisfação dos Usuários com a Sustentação de Sistemas teve o resultado de 89,86% da meta de 80% e o ICPCTI - Índice de Cumprimento do Plano de Comunicação da STI teve resultado de 84,65%, superior à meta de 80%. Alessandro chamou a atenção para uma nova versão do PJe, disponibilizada em fevereiro deste ano, que gerou muitos chamados e dúvidas na Central de Serviços de TIC. Apesar desse evento, apenas o ISI - Índice de Solução dos Incidentes do PJe teve um leve impacto com resultado acumulado de 76,54%, muito próximo da meta estabelecida de 80%. O resultado acumulado para o IIPPJE - Índice de Indisponibilidade Programada do PJe-JT e o IINPPJE - Índice de Indisponibilidade Não Programada do PJe-JT permaneceram dentro das metas estabelecidas. Os demais indicadores, por serem semestrais ou anuais, não tiveram seus resultados parciais apurados para essa reunião.

Já se aproximando do final de sua fala, Alessandro mostrou que em 2019 foram atendidos pela Central de Serviços de TIC cerca de 25.733 chamados. Até maio de 2020 a equipe da STI já atendeu 11.641 chamados técnicos e em comparação com o mesmo



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

período do exercício anterior, foi observado um aumento de 1814 chamados. Esse crescimento no volume para o primeiro semestre de 2020 muito se deu em função da nova versão do PJe, disponibilizada em fevereiro e do trabalho remoto em massa, graças ao cenário de pandemia mundial. Os serviços de suporte ao PJe e suporte à Microinformática representam a maioria dos chamados hoje na STI. Alessandro também chamou a atenção para os atendimentos do SIAJ que neste ano tiveram uma média de 20 chamados/mês, quanto que no ano anterior, chamados relativos a processos físicos representavam uma média mensal de 170 chamados. Essa queda se deu em virtude da conversão dos processos físicos para o PJe, via CCLE.

Ao final, Alessandro concluiu sua apresentação agradecendo a atenção de todos e devolveu a palavra à Coordenadora de Gestão Estratégica.

Assunto:
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Responsável:
**Desembargador Presidente
Valdir José Silva de Carvalho**

A Coordenadora Elisabete finaliza a apresentação destacando que mesmo diante este cenário tão adverso os resultados obtidos são muito satisfatórios graças ao comprometimento da Administração, Magistrados e Servidores e passa a palavra para o encerramento pelo Desembargador Presidente Valdir Carvalho.

Ao encerrar a reunião, o Presidente enfatizou que os bons resultados não o surpreendem e que os problemas são ligados a fatores externos, especificamente a pandemia e suas consequências, e que todas as medidas necessárias foram adotadas e que a eficácia delas é comprovada pela produtividade do Tribunal, ressaltou ainda que tinha algum receio em relação a administração telepresencial, mas esta se mostrou muito eficiente com o envio de relatórios diários provenientes do Diretor Geral, Wladimir Rolim, e o Secretário Geral da Presidência, Sérgio Mello, além dos contatos diários com a Secretária de Gestão de Pessoas, Katia Barros, e com o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr Saulo Bosco, que por sinal tem dedicado tempo integral a disposição para resolução de problemas do Tribunal.

Fez um agradecimento especial para o Diretor da Escola Judicial, Desembargador Ivan Valença, por todo o apoio prestado. Destacou e agradeceu também ao Desembargador Fábio André de Farias coordenando o GETRIN, os Comitês do PJe e eGestão.

O Presidente fez uma menção especial de agradecimento pelo apoio e pela colaboração que tem recebido da AMATRA na pessoa de sua Presidente, Dra Laura Botelho, nesse mesmo tom fez agradecimentos a Vice-Presidente, Dra Dione Furtado.

VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região

Coordenação da Reunião

ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES
Coordenadora de Gestão Estratégica